



**ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UNIÃO
MINUTA DE CONTRATO**

CONTRATO Nº _____ / 2026

Processo Administrativo nº 2-174/2026

Contrato de prestação de serviços de engenharia que entre si celebram, aos _____ dias do mês de _____ do ano de dois mil e vinte e seis, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UNIÃO/RO**, inscrita no CNPJ: 00.699.197/0001-07, com sede na Rua Independência, 1.135 Centro Nova União/RO, CEP: 76.924-000, no presente ato representada pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal, **JOÃO JOSÉ DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado, inscrito no CPF nº ***.133.851-**, com a interveniência da Secretária Municipal de Planejamento, Coordenação, Administração e Fazenda **DAYANA SILVA TEIXEIRA**, doravante denominada **CONTRATANTE**; e, de outro lado, a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº _____, com sede na _____, representada _____ por _____, inscrito no CPF/MF sob o nº _____, doravante denominada **CONTRATADA**; resolvem celebrar o presente Contrato em decorrência do **Processo Administrativo nº 2-174/2026**, regido pela **Lei Federal nº 14.133/2021**, especificamente com fundamento no **art. 75, inciso I**, que trata da dispensa de licitação em razão do valor para obras e serviços de engenharia, combinado com o **Decreto Federal nº 12.807/2025**, e conforme as condições e cláusulas a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

1.1. O objeto do presente Contrato é a **prestação de serviços técnicos especializados de engenharia, arquitetura e urbanismo**, compreendendo levantamentos topográficos planialtimétricos, investigações geotécnicas, elaboração de projetos básicos, planilhas orçamentárias com composição de custos unitários fundamentada no SINAPI/SICRO, memoriais descritivos e especificações técnicas, para atendimento das seguintes demandas:

Demanda I Elaboração de Projetos Básicos para Construção de Garagem Coberta do Hospital Municipal

Localização: Hospital Municipal de Nova União/RO. Área estimada: 400 m² (08 vagas para caminhonetes de 25 m² cada + 02 vagas para microônibus de 75 m² cada + 50 m² de complementos). Disciplinas: levantamento topográfico planialtimétrico (400 m²); projeto arquitetônico (400 m²); projeto estrutural ou estrutura metálica, conforme solução adotada (400 m²); projeto de instalações elétricas, inclusive SPDA se necessário (400 m²); sondagem a percussão SPT (2 furos); planilha orçamentária SINAPI/SICRO (400 m²); memorial descritivo (1 un.) e especificações técnicas (1 un.);

II. Demanda II Elaboração de Projeto Básico de Pavimentação Intertravada em Blocos Sextavados com Estudos Geotécnicos

Trecho: início 10°54'39,40"S / 62°33'34,06"O fim 10°54'02,04"S / 62°34'10,51"O. Extensão: 1.500 m. Faixa pavimentada: 7,00 m (10.500 m²). Faixa de levantamento topográfico (cerca a cerca): 20,00 m (30.000 m²). Disciplinas de projeto: levantamento topográfico planialtimétrico (30.000 m²); projeto geométrico (1.500 m); projeto de pavimentação intertravada em blocos sextavados (10.500 m²); projeto de drenagem pluvial sarjetas, bocas-de-lobo e dispositivos (1.500 m); projeto de sinalização viária horizontal e vertical (10.500 m² / 1.500 m); planilha orçamentária SINAPI/SICRO (10.500 m²); memorial descritivo (1 un.) e especificações técnicas (1 un.). Serviços geotécnicos: sondagem a trado para caracterização do subleito (8 furos); sondagem a trado em jazida de material de base (2 furos); ensaios CBR (10); ensaios de compactação Proctor (10); caracterização de solo com laudos geotécnicos granulometria, limite de liquidez (LL) e limite de plasticidade (LP) (10 laudos);

I. Demanda III Elaboração de Projetos Básicos para Ampliação de Salas da Sede da Prefeitura Municipal

Localização: Rua Independência, 1.135 Centro Nova União/RO. Área estimada: 140 m². Os projetos deverão ser compatíveis com a edificação existente. Disciplinas: levantamento topográfico planialtimétrico (140 m²); projeto arquitetônico (140 m²); projeto estrutural (140 m²); projeto de instalações elétricas (140 m²); sondagem a percussão SPT (2 furos); planilha orçamentária SINAPI/SICRO (140 m²); memorial descritivo (1 un.) e especificações técnicas (1 un.).

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição, os seguintes documentos, considerados parte integrante deste instrumento:

- . O Termo de Referência (Processo Administrativo nº 2-174/2026);
- I. O Relatório de Pesquisa de Preços e Justificativa da Modalidade de Contratação;
- II. A Proposta de Preços da Contratada;
- V. A Documentação de Habilitação da Contratada;
- I. O Parecer Técnico nº 01/174/ENG/2026 do Setor de Engenharia Municipal.

1.3. Os documentos relacionados no item anterior são considerados suficientes para, em complemento a este Contrato, definir sua extensão e reger a execução adequada do objeto ora contratado.

CLÁUSULA SEGUNDA DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

2.1. O presente Contrato será regido pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, especificamente em seus arts. 72, 75 inciso I e pelas demais normas federais e municipais aplicáveis à espécie.

2.2. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições da Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e os princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA TERCEIRA DA FORMA E DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

3.1. Os serviços deverão ser executados conforme as especificações do Termo de Referência e das normas técnicas aplicáveis (ABNT, DNIT e correlatas), com início no prazo de 5 (cinco) dias úteis a partir da emissão da respectiva Ordem de Serviço.

3.1.1. Se tratando de contrato por escopo, o prazo de execução será de 90 (noventa) dias corridos conforme o cronograma abaixo, podendo ser prorrogado na hipótese de atraso justificado, ou em acordo entre as partes.

3.1.2. Os prazos do cronograma compreendem o tempo total previsto para a contratada executar e entregar as etapas dos serviços, devendo ser descontado o tempo em dias e horas tomado pelo fiscal ou gestor para retorno de análises técnicas eventuais

3.2. Os serviços poderão ser executados no território do Município de Nova União/RO ou na sede da CONTRATADA, contudo, cabendo à mesma realizar vistoria prévia in loco em todas as demandas antes do início dos trabalhos.

3.3. A Contratada deverá designar Responsável(is) Técnico(s) habilitado(s) no CREA ou CAU para cada disciplina técnica, emitindo as respectivas Anotações de Responsabilidade Técnica (ARTs) ou Registros de Responsabilidade Técnica (RRTs) antes do início de cada serviço, fornecendo cópias ao Fiscal do Contrato.

3.4. Os produtos técnicos deverão ser entregues em formato digital editável (DWG/DXF para desenhos; XLSX para planilhas; DOC/DOCX para memoriais) e em formato PDF assinado digitalmente, todos acompanhados das ARTs/RRTs correspondentes.

3.5. O cronograma de entregas, contado a partir da emissão da Ordem de Serviço, é o seguinte:

Etapa	Prazo	Produtos / Marcos
1ª	Até o 20º dia	Vistoria in loco; levantamentos topográficos (Demandas I, II e III); início das sondagens e ensaios geotécnicos de todas as demandas
2ª	Até o 40º dia	Relatórios de sondagem SPT (Demandas I e III); conclusão dos ensaios geotécnicos e laudos (Demanda II)
3ª	Até o 60º dia	Entrega dos projetos básicos completos das Demandas I e III (arq., estrutural, elétrico, planilha, memorial, especificações)

Etapa	Prazo	Produtos / Marcos
4ª	Até o 70º dia	Entrega do projeto básico completo da Demanda II (geométrico, pavimentação, drenagem, sinalização, planilha, memorial, especificações)
5ª	Até o 90º dia	Incorporação de revisões e entrega definitiva de todos os produtos das três demandas

3.6. O recebimento dos produtos observará os seguintes critérios, nos termos do art. 140 da Lei nº 14.133/2021:

- a)** Recebimento provisório: no prazo de até 5 (cinco) dias úteis após a entrega de cada etapa, mediante atesto sumário do Fiscal do Contrato, com verificação da conformidade formal com o objeto contratado;
- b)** Recebimento definitivo: no prazo de até 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório, mediante análise técnica detalhada, emissão de termo pelo Gestor do Contrato e confirmação das ARTs/RRTs de todas as disciplinas.

3.7. Na hipótese de vícios, erros ou incompatibilidades técnicas nos produtos entregues, a Contratada deverá realizar as correções no prazo de **10 (dez) dias úteis**, sem ônus adicional para a Administração. A etapa não será considerada recebida até a solução integral das pendências.

3.8. Propriedade dos projetos: todos os produtos técnicos gerados na execução deste Contrato projetos, levantamentos, planilhas, memoriais, laudos e documentos correlatos serão de **propriedade exclusiva do Município de Nova União/RO**. A Contratada poderá mencionar os serviços realizados como referência em seu portfólio, sendo vedada a divulgação do conteúdo técnico ou sua cessão a terceiros sem autorização prévia e escrita da Administração.

CLÁUSULA QUARTA DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

4.1. O prazo de vigência do presente Contrato é de 120 (cento e vinte) dias corridos, contados da data de sua assinatura e do recebimento da respectiva Ordem de Serviço, observada a existência de créditos orçamentários e as demais condições previstas no art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

4.2. A vigência poderá ser prorrogada por igual período mediante justificativa devidamente motivada, atestada pela autoridade competente quanto à vantajosidade para o interesse público e à manutenção das condições originais.

4.3. A responsabilidade técnica da Contratada pelos projetos elaborados subsiste após o término da vigência do Contrato, nos termos da legislação civil e das normas do CREA/CAU aplicáveis.

CLÁUSULA QUINTA DO PREÇO E DO REAJUSTE

5.1. O valor total do presente Contrato é de **R\$ _____** (_____), conforme proposta da Contratada, observado o valor de referência de R\$ 129.461,40 (cento e vinte e nove mil, quatrocentos e sessenta e um reais e quarenta centavos) apurado na pesquisa de preços do Processo Administrativo nº 2-174/2026.

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas diretas e indiretas necessárias à plena execução do objeto, inclusive tributos, encargos, seguros, transporte, ARTs/RRTs, equipamentos de campo, ensaios laboratoriais e quaisquer outros custos inerentes ao fiel cumprimento do Contrato, não sendo devidas quaisquer outras quantias além da contratada.

5.3. Em razão da curta duração do Contrato (90 dias), não há reajuste de preços durante a vigência original. Na hipótese de prorrogação, a atualização dos valores poderá ser realizada com base no INCC-DI (FGV), tendo como data-base o mês de fevereiro de 2026, mediante apostilamento, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA SEXTA DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1. O pagamento será efetuado de forma **parcelada, vinculado ao recebimento definitivo de cada etapa** de entrega dos produtos, conforme o seguinte cronograma financeiro:

Parcela	% do Total	Produtos que ensejam o pagamento	Valor (R\$)
1ª	30%	Recebimento definitivo dos relatórios topográficos e geotécnicos de todas as demandas (Etapas 1 e 2)	R\$ _____

Parcela	% do Total	Produtos que ensejam o pagamento	Valor (R\$)
2ª	35%	Recebimento definitivo dos projetos básicos completos das Demandas I e III (Etapa 3)	R\$ _____
3ª	35%	Recebimento definitivo de todos os produtos da Demanda II e entrega definitiva final (Etapas 4 e 5)	R\$ _____

6.2. O pagamento de cada parcela será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias corridos após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente, o recebimento definitivo da etapa e o atesto pelo Fiscal do Contrato, conforme art. 141 da Lei nº 14.133/2021.

6.3. O pagamento estará condicionado à verificação da regularidade fiscal e trabalhista da Contratada, mediante consulta ao SICAF ou apresentação das seguintes certidões em plena validade: (1) regularidade com a Seguridade Social (INSS); (2) certidão conjunta de tributos federais e Dívida Ativa da União (RFB/PGFN); (3) regularidade perante a Fazenda do Estado de Rondônia e do Município sede da empresa; (4) Certidão de Regularidade do FGTS (CRF/CEF); (5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

6.4. Havendo erro na Nota Fiscal ou pendência que impeça a liquidação da despesa, o prazo para pagamento será suspenso até a devida regularização, sem ônus para a Administração.

6.5. Não será admitido pagamento antecipado ou pagamento em desacordo com as etapas de recebimento definitivo dos produtos.

CLÁUSULA SÉTIMA DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município de Nova União para o exercício de 2026, na classificação abaixo:

Programação: 02.02.04.122.0001.2002

Elemento de Despesa: 3.3.90.39 -Outros serviços de Terceiros

Ficha: 53

Valor Total Empenhado: R\$ _____ (_____)

Nota de Empenho nº:

CLÁUSULA OITAVA DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

8.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento dos produtos constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

8.2. Ficam designados como: **Gestor(a) do Contrato:** servidor(a) _____; e **Fiscal do Contrato:** servidor(a) _____, ambos lotados na SEMPLACAF, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

8.3. Compete ao Fiscal do Contrato, entre outras atribuições, verificar a conformidade técnica dos produtos entregues, atestar as notas fiscais para fins de pagamento, notificar a Contratada sobre vícios ou pendências e registrar todas as ocorrências relevantes em livro próprio ou sistema institucional.

CLÁUSULA NONA DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

9.1. São obrigações do Contratante, além daquelas previstas no Termo de Referência:

I. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com este Contrato e seus anexos;

II. Designar formalmente Gestor e Fiscal do Contrato, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021;

III. Fornecer à Contratada os dados, informações, plantas e documentos disponíveis necessários à execução dos serviços, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis após solicitação formal;

IV. Permitir o acesso da Contratada e de seus técnicos às áreas de execução dos serviços, nas datas e horários acordados;

V. Notificar a Contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificados nos produtos entregues, para que sejam reparados ou corrigidos às suas expensas;

VI. Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato e o cumprimento das obrigações pela Contratada;

VII. Efetuar o pagamento à Contratada do valor correspondente às etapas executadas e aceitas definitivamente, no prazo e forma estabelecidos neste Contrato;

/III. Aplicar à Contratada as sanções previstas em lei e neste Contrato;

IX. Não praticar atos de ingerência na administração interna da Contratada, vedada a indicação de pessoas para a execução direta dos serviços (art. 48 da Lei nº 14.133/2021);

. Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 123, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021);

II. Emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do Contrato no prazo de 1 (um) mês, admitida prorrogação motivada por igual período;

II. Comunicar a Contratada na hipótese de alteração do objeto por iniciativa do Contratante, conforme art. 93, §2º, da Lei nº 14.133/2021;

III. Notificar os emitentes de eventuais garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (§4º do art. 137 da Lei nº 14.133/2021).

9.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando ainda as seguintes obrigações específicas:

I. Executar os serviços com qualidade técnica compatível com as normas da ABNT, DNIT, CONFEA/CAU e demais regulamentos técnicos aplicáveis, observando o estado da arte da engenharia;

II. Emitir ART (CREA) ou RRT (CAU) específica para cada disciplina técnica desenvolvida, fornecendo cópias ao Fiscal do Contrato

II. Manter preposto aceito pela Administração para representar a empresa na execução do Contrato (art. 118 da Lei nº 14.133/2021);

IV. Manter os profissionais técnicos responsáveis indicados na proposta durante toda a execução; substituições somente poderão ocorrer mediante autorização prévia e escrita do Contratante, por profissional de experiência equivalente ou superior;

V. Realizar vistoria prévia in loco em todas as áreas objeto dos serviços antes do início dos trabalhos, declarando ao Contratante o pleno conhecimento das condições locais;

. Atender às determinações do Fiscal do Contrato e prestar todo esclarecimento ou informação solicitados (art. 137, II, da Lei nº 14.133/2021);

I. Reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas, no prazo fixado pelo Fiscal do Contrato, os produtos nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução;

I. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o CDC (Lei nº 8.078/1990) e o Código Civil, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou a terceiros;

Não contratar, durante a vigência do Contrato, cônjuge, companheiro ou parente, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante ou de agente público que tenha atuado na contratação ou na gestão/fiscalização do Contrato (art. 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021);

Não subcontratar o núcleo técnico do objeto (projetos arquitetônico, estrutural e geométrico de pavimentação); a subcontratação parcial de até 30% do valor total restrita a topografia, sondagens e ensaios laboratoriais é admitida mediante autorização prévia e escrita do Contratante, mantida a responsabilidade técnica integral da Contratada;

Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato;

. Comunicar ao Fiscal do Contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal que se verifique no local dos serviços;

I. Submeter previamente ao Contratante, por escrito, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do Termo de Referência;

V. Manter, durante toda a vigência do Contrato, todas as condições exigidas para habilitação, incluindo registros atualizados no CREA ou CAU;

. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los se necessário, exceto nas hipóteses do art. 124, II, d, da Lei nº 14.133/2021;

I. Quando não for possível a verificação pelo SICAF, entregar ao setor responsável pela fiscalização, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços: (1) comprovante de regularidade com a Seguridade

Social; (2) certidão conjunta de tributos federais e Dívida Ativa da União; (3) certidões estadual e municipal do domicílio da empresa; (4) CRF do FGTS; (5) CNDT;

II. Não permitir a utilização de trabalho de menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem o trabalho de menor de dezoito anos em atividades noturnas, perigosas ou insalubres.

10.2. Responsabilidade técnica integral: A Contratada é integralmente responsável pela qualidade, precisão e consistência de todos os projetos e documentos entregues, bem como pelo dimensionamento geotécnico, estrutural, geométrico e de drenagem adotados. A fiscalização pelo Contratante não reduz nem exclui essa responsabilidade, que é íntegra e subsiste após o término do Contrato, nos termos da Lei nº 5.194/1966 e das normas do CREA/CAU.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As sanções referentes à execução do Contrato são aquelas previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021 e no Termo de Referência.

11.2. Comete infração administrativa a Contratada que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
 - b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao interesse coletivo;
 - c) Der causa à inexecução total do contrato;
 - d) Deixar de entregar a documentação ou produtos exigidos;
 - e) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;
 - f) Apresentar declaração ou documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a dispensa ou execução do contrato;
 - g) Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - h) Comportar-se de modo idôneo conduta vedada ou cometer fraude de qualquer natureza;
- Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

11.3. Serão aplicadas as seguintes sanções, assegurados o contraditório e a ampla defesa (art. 157 da Lei nº 14.133/2021):

Advertência: quando a Contratada der causa à inexecução parcial, sempre que não se justificar penalidade mais grave (art. 156, §2º);

Impedimento de licitar e contratar: quando praticadas as condutas das alíneas b, c, d e e do item 11.2, sempre que não se justificar penalidade mais grave (art. 156, §4º);

Declaração de inidoneidade para licitar e contratar: quando praticadas as condutas das alíneas f, g, h e i do item 11.2 (art. 156, §5º);

Multa moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

Multa compensatória de até 30% (trinta por cento) do valor total do Contrato nas hipóteses de inexecução total ou parcial grave.

11.4. O atraso superior a 60 (sessenta) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do Contrato por descumprimento de cláusulas, conforme art. 137, I, da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA DAS ALTERAÇÕES, ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

12.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

12.2. A Contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.

12.3. Registros que não caracterizem alteração do contrato podem ser realizados por simples apostilamento, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O Contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado.

13.2. O Contrato pode ser extinto antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa e observados os arts. 138 e 139 da mesma Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

14.1. As partes comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade relativos ao tratamento de dados pessoais, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados LGPD (Lei nº 13.709/2018) e suas alterações.

14.2. A CONTRATADA obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade e sigilo de toda informação e dados pessoais a que tiver acesso em decorrência da execução deste Contrato, não podendo utilizá-los para fins distintos da prestação dos serviços, nem disponibilizá-los a terceiros sem prévia autorização escrita do MUNICÍPIO DE NOVA UNIÃO/RO.

14.3. A CONTRATADA deverá comunicar formalmente e imediatamente ao Contratante qualquer incidente de segurança que possa comprometer dados pessoais, adotando plano de resposta e remediação.

14.4. Encerrada a vigência ou satisfeita a finalidade, a CONTRATADA deverá eliminar os dados pessoais eventualmente tratados no prazo de 30 (trinta) dias, salvo obrigação legal de retenção, conforme art. 16 da LGPD.

14.5. A CONTRATADA responde integralmente por danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos decorrentes do descumprimento de suas obrigações no tratamento de dados pessoais, nos termos da Seção III, Capítulo VI, da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA DA PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei nº 14.133/2021, e no sítio oficial do Município de Nova União/RO, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527/2011.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA DO FORO E DA CONCILIAÇÃO

16.1. As partes comprometem-se a submeter eventuais controvérsias decorrentes deste Contrato a métodos alternativos de solução de conflito, promovidos pela Procuradoria Jurídica do Município de Nova União/RO.

16.2. Não logrando êxito a utilização de métodos alternativos, fica eleito o foro da Comarca de Ouro Preto do Oeste/RO para dirimir as questões originárias do presente Contrato, com a exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, após lido e achado conforme, na presença de duas testemunhas, para que produza seus efeitos legais e jurídicos.

Nova União/RO, _____ de _____ de 2026.

João José de Oliveira
Prefeito -Contratante

Representante legal- Contratada

Dayana Silva Teixeira
Secretária Municipal -Interveniente



Documento assinado eletronicamente por **DAYANA SILVA TEIXEIRA, SECRETARIO MUNICIPAL**, em 27/02/2026 às 10:09, horário de Nova União/RO, com fulcro no art. 18 do [Decreto nº 2430 de 03/08/2022](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site transparencia.novauniao.ro.gov.br, informando o ID **331543** e o código verificador **5B45F562**.

Referência: [Processo nº 2-174/2026](#).

Docto ID: 331543 v1